

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 527.954 - SP (2019/0245504-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JOAO PAULO BONATELLI - SP316788
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VITOR EDUARDO ALMEIDA DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VITOR EDUARDO ALMEIDA DE JESUS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou a ordem por acórdão assim relatado (fl. 28/29):

Habeas Corpus impetrado pelo Defensor Público João Paulo Bonatelli, em favor de Vitor Eduardo Almeida de Jesus e Flávia Vanessa Silva da Paz, com pedido de liminar, objetivando a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor dos pacientes, porquanto ausentes os requisitos autorizadores da segregação.

Sustenta ser a decisão de primeiro grau carente de fundamentação idônea.

Assevera, outrossim, serem os pacientes primários, sem mau antecedente e possuidores de residência fixa.

Aduz que, se condenados, farão jus à benesse do § 4º do artigo 33 da Lei n. 11.343/06, à fixação de regime diverso do fechado e à substituição da pena corporal por restritiva de direitos.

De outra parte, requer a prisão domiciliar para Flávia Vanessa, pois é mãe de quatro crianças menores de idade (conforme declarou à fl. 18).

Subsidiariamente, pleiteia a substituição da prisão preventiva por outra medida cautelar.

A liminar foi indeferida (fls. 56/57).

Informações prestadas (fls. 60/84).

A d. Procuradoria Geral de Justiça opinou pela concessão parcial da ordem, para revogar tão somente a prisão preventiva da paciente (fls. 89/94).

É o relatório.

O paciente foi preso em flagrante e denunciado pela prática dos delitos tipificados nos artigos 33, *caput* e 35, combinados com o artigo 40, III, da Lei nº 11.343/2006.

A defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a autorizar a decretação da prisão preventiva porquanto abstrata, bem como alega desproporcionalidade com o futuro regime em caso de condenação.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja revogada a prisão cautelar e expedido alvará de soltura em favor do paciente ou a substituição

Superior Tribunal de Justiça

por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

A liminar foi deferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da ordem e pela cassação da liminar anteriormente deferida.

Na origem, processo 1500997-78.2019.8.26.0571, foi recebida a denúncia e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/10/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado:

[...] Os custodiados são primários e foram presos em flagrante pela suposta prática do tipo penal previsto no art. 33, caput; e no art. 35, caput, ambos da Lei n. 11.343/06. Em que pese a capitulação dos delitos, a prisão preventiva é excepcional e, no caso em tela, não estão presentes quaisquer dos pressupostos do art. 312 do CPP. Nesse passo, a gravidade abstrata também não é suficiente para a conversão da prisão em flagrante em preventiva, consoante entendimento pacificado pelas Cortes Superiores. Da mesma forma, não se revela presente a necessidade da custódia cautelar, por conveniência da instrução criminal, já que não há qualquer evidência que aponte que os indiciados irão obstaculizar o regular andamento do feito.

Ainda, a prisão não é necessária para assegurar a aplicação da lei penal, pois não há qualquer indício de que os indiciados tencionem a se furtar ao cumprimento de eventual sanção a ser imposta. Sendo assim, pugna-se pela concessão da liberdade provisória, nos termos do art. 310, III, combinado com art. 321, ambos do CPP. Finalmente, destaque-se que a acusada é mãe de criança pequena, fazendo jus a liberdade também por tal fundamento.

Pelo(a) MM. Juiz(a) foi dito que: Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, **a manutenção dos acusados no cárcere é medida que se impõe a fim de se garantir a ordem pública, máxime perante a sociedade local e diante da situação atual do País, em que tanto se discute a questão da impunidade**, sendo prematura a liberação sem a dissipação dos efeitos da conduta perpetrada. Vale citar: “... o conceito de ordem pública não se limita só a prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e de sua repercussão...” (Processo Penal – ed. Atlas – Julio Fabrin Mirabete). Anoto ainda que inexistente qualquer comprovação da alegada maternidade. Desta feita, observadas as disposições do art. 312 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 12.403/11, **converta a prisão em**

Superior Tribunal de Justiça

flagrante em prisão preventiva, com fulcro no art. 310 do Código de Processo Penal, ressaltando, por ora, a inadequação das medidas cautelares diversas da prisão ante o acima exposto. Expeça-se mandados de prisão preventiva contra os acusados.[...]

Como já adiantado na liminar, consta do decreto prisional fundamentação evidenciada na necessidade de garantia da ordem pública porquanto *a manutenção dos acusados no cárcere é medida que se impõe a fim de se garantir a ordem pública, máxime perante a sociedade local e diante da situação atual do País, em que tanto se discute a questão da impunidade*, sem contudo especificar concretamente a periculosidade do paciente.

Dessa forma, o decreto de prisão não traz qualquer motivação concreta para a prisão, fazendo referência às circunstâncias já elementares do delito, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Além disso, verifica-se do auto de apreensão (fl. 47) que a quantidade de droga não se mostra expressiva, qual seja, 19,5 gramas de cocaína.

Nesse sentido, a Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente VITOR EDUARDO ALMEIDA DE JESUS, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária medida cautelar, inclusive menos grave que a prisão processual.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator